

Alexandre de Castro Nogueira

DECISÃO JUDICIAL ELEITORAL

**O Processo Judicial Eleitoral
à Luz do CPC**

Curitiba
Juruá Editora
2020

SUMÁRIO

Capítulo 1 INTRODUÇÃO	21
Capítulo 2 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA DECISÃO JUDICIAL NA JUSTIÇA ELEITORAL	27
2.1 O Papel da Linguagem no Processo Interpretativo: a Importância da Filosofia no Direito e a sua Conexão com a Teoria do Direito.....	29
2.1.1 Wittgenstein e a elevação do papel da linguagem no processo interpretativo	33
2.2 Decisão Judicial como um Problema Filosófico: Elementos Preparatórios.....	42
2.3 Decisão Judicial na Teoria do Direito: o Papel do Positivismo.....	65
2.3.1 O papel das escolas de pensamento, Hebert Hart, Josef Raz, Scott Shapiro e Ronald Dworkin no desenvolvimento do Positivismo	77
2.4 Crítica Hermenêutica do Direito de Lenio Streck: a Construção de uma Reflexão Filosófica como Condição de Possibilidade para Respostas Constitucionalmente Adequadas no Direito	96
2.4.1 As contribuições de Friedrich Schleiermacher, Ludwig Wittgenstein, Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer no desenvolvimento da Hermenêutica Jurídica como elo de aproximação entre o direito e a filosofia..	104
2.5 Fixando o Problema Hermenêutico Brasileiro: o Realismo da Justiça Eleitoral e a Interpretação Teleológica (a Finalidade da Lei como Problema).....	114
2.5.1 O Realismo Jurídico, sua concepção e aceitação em solo brasileiro.....	115
2.5.2 A versão tupiniquim do Realismo Jurídico na Justiça Eleitoral, sua associação com métodos interpretativos do século XIX com a prevalência de uma visão	

distorcida da Interpretação Teleológica de Ihering e os problemas advindos dessa relação 119

Capítulo 3 O NOVO PARADIGMA DA DECISÃO JUDICIAL E A SUA ABSORÇÃO PELA LEGISLAÇÃO	135
3.1 Perspectivas Teórico-Processuais: Breve Abordagem sobre o Problema da Verdade no Direito Processual e sua Incidência no Processo Judicial Eleitoral	138
3.1.1 O uso da Verdade Real no Processo Judicial Eleitoral: uma ponte para voluntarismos judiciais.....	139
3.1.2 A nova realidade da gestão da prova no processo judicial eleitoral: pela adoção da verdade processual em detrimento da verdade real	142
3.1.3 A interpretação constitucionalmente adequada como meio de estabelecimento da verdade processual no processo judicial eleitoral: a mixagem teórica dos primados do processo civil e penal	149
3.1.4 Da impossibilidade da aplicação do art. 23 da Lei de Inelegibilidades em detrimento do CPC/2015 para justificar a busca pela Verdade Real: a necessária consideração da Hermenêutica Contemporânea.....	159
3.2 A Institucionalização da Discricionariedade no Processo Judicial Eleitoral Brasileiro: a Desarticulação de Teorias Através do Art. 23 da Lei Complementar 64, de 1990.....	168
3.2.1 A insegurança jurídica na aplicação do CPC/2015 no Processo Judicial Eleitoral: a incompatibilidade estrutural/inconstitucionalidade das normas de processo da Lei de Inelegibilidades e os primados do Processo Civil contemporâneo.....	171
3.2.2 A capacidade destrutiva do art. 23 da Lei de Inelegibilidades: o equívoco do STF ao declarar a sua constitucionalidade	176
3.3 Os Novos Paradigmas do Direito Processual Civil e a sua Aplicabilidade ao Processo Judicial Eleitoral: do Necessário Afastamento da Aplicação do Art. 23 da Lei Complementar 64, de 1990.....	177
3.3.1 Da prevalência do art. 331 do CPC/2015 em relação ao art. 23 da Lei de Inelegibilidades.....	179
3.3.2 A inconstitucionalidade do art. 23 da Lei de Inelegibilidades	180
3.3.3 Do tratamento diferenciado do parágrafo único do art. 7º da Lei de Inelegibilidades e a sua desconformidade com a Constituição Federal (art. 1º, <i>caput</i> e	

	com o art. 93, IX): pelo reconhecimento de sua nulidade parcial com redução de texto.....	184
3.3.4	A impossibilidade de Juízos discricionários a partir de uma legislação inconstitucional: do necessário afastamento da <i>discricionariedade à brasileira</i>	186
3.3.5	A prevalência dos arts. 9º, 10, 11, 371 e 489 do CPC/2015 em relação ao art. 23 da Lei de Inelegibilidades e o seu reconhecimento pela Resolução 23.478, de 2016 do TSE.....	194

Capítulo 4	O PROBLEMA DA INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA NO PROCESSO JUDICIAL ELEITORAL.....	201
4.1	A Abertura do Art. 219 do Código Eleitoral a Interpretação Teleológica: a Necessária Adequação Constitucional da Resolução de Casos a Partir desse Dispositivo	202
4.2	A Base Legislativa para o Uso da Interpretação Teleológica no Processo Judicial Eleitoral: a Semente do Projeto de Lei Complementar 03/1990, um Caso em que o Poder Legislativo Agiu contra os Legisladores	206
4.3	Casos de (Falsa) Abertura Legislativa a Interpretação Teleológica e suas Incompatibilidades com os Novos Primados do Processo a Partir do CPC/2015 em Virtude da Abolição do Livre Convencimento do Juiz: Arts. 120, § 4º e 336 do Código Eleitoral, o Parágrafo Único do Art. 7º e o Art. 23 da Lei das Inelegibilidades	209
4.4	O Princípio Presunção da Legitimidade da Vontade Popular Externada nas Urnas em Detrimento de Qualquer Possibilidade de Julgamentos por Índícios e Presunções.....	213
4.5	A Impossibilidade do TSE Legislar sobre Matéria que Regule o Processo Judicial Eleitoral: o Caso da Resolução 23.748/2016 e a Necessária Constitucionalização da Interpretação de Dispositivos Legais de Processo Judicial Eleitoral Incompatíveis com o CPC/2015	215
4.5.1	A inconsistência da utilização do Direito Processual Eleitoral simbólico: o clamor popular como base da insegurança jurídica	224
4.6	A ADI 1.082: um Debate Privilegiado sobre o Papel do Juiz na Justiça Eleitoral e a sua Necessária Releitura.....	230
4.6.1	A mudança da realidade legislativa que baseou o julgamento da ADI 1.082 e a necessidade de uma releitura do seu resultado: o fim do livre convencimento no CPC/2015 e da possibilidade de produção de prova de ofício	240

4.7	A Necessidade de Fundamentação das Decisões Judiciais Eleitorais e a sua Desconsideração pela Jurisprudência: Cinco Casos e um Argumento	252
4.7.1	O surgimento do dever de fundamentar uma decisão judicial enquanto Princípio fundamental de um ordenamento jurídico.....	253
4.7.2	Casos emblemáticos da Justiça Eleitoral onde o dever de fundamentação da decisão judicial não foi respeitado: candidaturas <i>sub judice</i> , ADI 5.525 (Alteração do art. 224 do Código Eleitoral) Abuso de Poder Religioso, fim das doações eleitorais de pessoas jurídicas e a inconstitucionalidade do Voto Impresso	267
Capítulo 5 POR UMA HERMENÊUTICA JURÍDICO-ELEITORALISTA: PROPOSIÇÕES PARA UMA TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL.....		279
5.1	A Interpretação Teleológica e suas Roupagens: o Caso da Hermenêutica Progressiva	280
5.2	Do Necessário Reconhecimento dos Avanços da Hermenêutica para que o Processo Interpretativo Não se Desvirtue.....	282
5.2.1	Wihelm Dilthey e o desenvolvimento da Hermenêutica Contemporânea	283
5.2.2	A importância das ideias de Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer na Hermenêutica Contemporânea ...	286
5.3	O Roteiro Hermenêutico para uma Decisão Judicial Constitucionalmente Adequada.....	289
5.3.1	Os sete passos de um Roteiro Hermenêutico para as decisões judiciais no processo judicial eleitoral.....	297
5.4	O Roteiro Hermenêutico e a Ausência de Método Interpretativo: seu Elo com a Crítica Hermenêutica do Direito	315
5.4.1	A centralidade do pensamento de Gadamer no Roteiro Hermenêutico para uma Decisão Judicial Eleitoral constitucionalmente adequada.....	315
Capítulo 6 CONCLUSÃO.....		331
REFERÊNCIAS		347
ÍNDICE REMISSIVO.....		361